

# VI Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

[Florianópolis - SC]

[Brasil]

[26 a 28 Abril - 2017]

## UM CONVITE AO MATERIALISMO HISTÓRICO E DIALÉTICO OU PORQUE A CIÊNCIA ADMINISTRATIVA É A CIÊNCIA DA SUPERFICIALIDADE<sup>1</sup>

Janaynna de Moura Ferraz<sup>2</sup>  
Barbara Katherine Biondini

### Resumo

Este ensaio tem por propósito apresentar uma introdução ao materialismo histórico dialético como uma alternativa ao estatuto científico consolidado, decorrente da ciência positivista e burguesa. Especialmente, abordamos a questão da teoria do conhecimento na Administração, em razão de sua gênese e processos estarem diretamente vinculados à reprodução da sociabilidade capitalista e, que, portanto, termina, inexoravelmente, por contribuir com a fragmentação do conhecimento e com a alienação do trabalho. O método de Marx, seguiu uma trajetória diferente de outros pensadores, como Weber ou Durkheim, por exemplo, em razão do primeiro relacionar-se com a causa revolucionária e emancipatória, enquanto os outros dois, partem da naturalização do sistema vigente, reforçando as teorias de conhecimentos positivistas e, encontrando, dessa maneira, solo fértil para seu desenvolvimento. Marx, mesmo atualmente, é mais famoso que conhecido, uma vez que mesmo entre célebres pesquisadores, comenta-se mais sobre as simplificações teóricas realizadas pelos diversos marxismos, que discutem conceitos com base nas leituras das obras do mouro. Partimos do próprio Karl, amparados por comentadores vinculados à ontologia do ser social para expor, ainda que brevemente, o materialismo histórico e dialético, suas categorias centrais, totalidade, contradição e historicidade; para discutir as possibilidades de realizar atualmente, com as condições postas, uma ciência crítica e vinculada à emancipação humana. Após a apresentação de nossas reflexões, finalizamos com um convite para que todos sintam-se encorajados a compreender um pouco mais sobre o materialismo histórico e dialético e que possam utilizá-lo, principalmente, como base para uma luta que tem como objetivo a transformação da sociedade em que vivemos por meio da emancipação da classe trabalhadora.

**Palavras-chave:** materialismo histórico e dialético; administração; ontologia.

---

<sup>1</sup> Agradecemos ao CNPQ, à FAPEMIG e à CAPES pelo apoio na realização das pesquisas conduzidas pelo Núcleo de Estudos Críticos, Trabalho e Marxismo (NEC-TraMa), vinculado ao Centro de pós-graduação e pesquisas em administração da Universidade Federal de Minas Gerais (CEPEAD-UFMG).

<sup>2</sup> jannaferraz@me.com

# VI Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

[Florianópolis - SC]

[Brasil]

[26 a 28 Abril - 2017]

## 1 Introdução

A Administração se estabeleceu enquanto ciência na virada do século XIX para o século XX, a partir dos estudos de Frederick Taylor nos Estados Unidos e Henri Fayol na França, diante do contexto econômico-social decorrente da Revolução Industrial. Com a evolução das teorias administrativas surgiram novas abordagens e preocupações, além do surgimento de técnicas de planejamento, organização, direção e controle, princípios da ciência administrativa que perduram até os dias atuais (PRESTES MOTTA; VASCONCELOS, 2005). Nesse caminho, seguindo o pressuposto da ciência positivista (e burguesa) que parcela a busca do conhecimento em partes menores e especializadas, igualmente, os pesquisadores das ciências sociais administrativas foram divididos em áreas fragmentadas e, por vezes, com interesses distintos ou mesmo antagônicos.

Esses pesquisadores concentraram-se em atuar em estudos diretamente relacionados à reprodução do capital, guiados pelos critérios de eficiência, eficácia e efetividade, seja na área de produção e logística (em termos marxianos, relacionadas com o capital fixo), recursos humanos (em termos marxianos, relacionadas com o capital variável), nas finanças, no marketing ou mesmo na administração geral. O fato é que a fragmentação em áreas permite um aprofundamento das demandas específicas e, no entanto, por outro lado, obstaculiza a compreensão da inter-relação entre os saberes, o que demandou a necessidade de uma sociologia organizacional para tentar conciliar novamente essas áreas, como os estudos da burocracia derivados de Weber e os estudos da teoria de sistemas, provenientes de Bertalanffy. Desta última (sociologia organizacional) surgem os estudos organizacionais, a subárea de onde são desenvolvidas as teorias do conhecimento administrativo.

Nas últimas três décadas tem sido crescente os estudos acerca das organizações<sup>1</sup> (CLEGG et al, 1998; AMORIM, BRÜNING, 2015), que, inclusive, reconhecem outras abordagens sociológicas que não apenas o discurso hegemônico funcionalista como caminho possível para se compreender a realidade (BURREL; MORGAN, 1979), visto que, diferentemente das ciências naturais, as ciências sociais não são relações causais, abrangem, portanto, maior complexidade analítica. As demais abordagens, excetuando-se a hegemônica, são o interpretativismo, humanismo e estruturalismo crítico, todas divergem em epistemologia e em ontologia, contudo, concordam em se opor ao paradigma dominante e, igualmente, precedem de uma teoria de conhecimento, relegando a ontologia.

A despeito do estatuto científico vigente, sustentamos neste ensaio que o materialismo histórico e dialético se apresenta como um método robusto e capaz de superar a aparência dos fenômenos, pois oferece meios para se chegar à essência dos mesmos, isto é, possibilita a apreensão do movimento do real pois está comprometido com a revelação da verdade. Verdade esta que encontra-se oculta na reprodução da sociedade capitalista por servir aos interesses das classes dominantes impedindo, com isso, o pleno desenvolvimento da sociedade em seu devir emancipatório.

---

<sup>1</sup> Embora esse termo apresente problemas de tanto quanto à forma quanto ao objeto. Organizações seriam empresas? Seriam outras formas organizativas e sociais cujos membros partilham de uma intenção comum? Para Paço-Cunha (2010) a categoria “organização” é uma abstração arbitrária pois naturaliza as relações capitalistas de trabalho e produção.

# VI Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

[Florianópolis - SC]

[Brasil]

[26 a 28 Abril - 2017]

Diante da possibilidade de compreender idealmente a realidade, o grupo de pesquisadores do qual fazemos parte têm trabalhado na busca pela interpretação e apreensão desse método. Percebemos que existem poucas fontes de consulta em língua portuguesa e de forma sistematizada acerca do assunto, o que pode contribuir com o desconhecimento (e porque não, do preconceito) acerca do método marxiano e, outrossim, representa uma lacuna no campo. Partimos da nossa própria experiência na peregrinação para encontrar textos introdutórios acerca do método marxiano, uma vez que tivemos que buscar fragmentos esparsos para compreender o materialismo histórico e dialético e tal exercício nos permitiu encontrar uma linha de pensamento a qual estamos desenvolvendo. As constatações prévias estão aqui expostas na ânsia de compartilhar algumas descobertas e também algumas inquietações com pesquisadores que, assim como nós, desejam realizar uma ciência emancipatória.

Isso tem uma explicação histórica que precisamos expor brevemente. Em seu surgimento e legitimação, a teoria do conhecimento nas ciências sociais pode ser compreendida e perscrutada sob diferentes abordagens, pois tem partido da perspectiva do pesquisador e das suas escolhas epistemológicas. Em todas elas há uma teoria do conhecimento, isto é, uma metodologia ou um método que o pesquisador deve necessariamente se guiar, seguir e respeitar os limites. Isso significa que o objeto estará posto e com a “caixa de ferramentas” escolhida, ou seja, com a epistemologia ou teoria do conhecimento que o pesquisador adota, investiga-se o fenômeno em questão (ARON, 1999). Tem sido assim desde Descartes (2006), em razão das ciências sociais terem se inspirado nas ciências naturais para atingirem um estatuto de ciência perante à sociedade. Em Marx, controversamente, não há uma teoria de conhecimento, pois seu método é ontológico, a preocupação não é sobre “como conhecer”, mas sobre qual a realidade e a natureza do objeto em investigação, não é a lógica da coisa é a coisa da lógica, isto é, as categorias são *a posteriori*.

Aron (1999) destaca que Karl Marx, Comte, Tocqueville e Montesquieu foram os pensadores mais influentes da primeira geração do pensamento sociológico (embora a obra Marx não seja possível de categorizar em disciplinas, por ser totalizante), Max Weber e Émile Durkheim, por sua vez, os mais proeminentes da segunda geração. Desse modo, tanto Weber como Durkheim, que conheciam a teoria dos primeiros pensadores e seus estudos, dialogavam com eles, ora concordando ora criticando as ideias da geração anterior. Não obstante, a maneira marxiana de pensar e fazer ciência distingue-se em forma e conteúdo dos demais. Vejamos.

O positivismo de Augusto Comte influenciou fortemente Durkheim, que deixou um legado cuja hegemonia foi abalada apenas recentemente com as proposições de Popper acerca do paradigma funcionalista. Weber, por sua vez, discorda dos positivistas quanto à escolha do objeto, que para ele, era dada pela subjetividade do indivíduo, devendo este, após esta etapa, se afastar do objeto, puxando-se a si próprio do pântano pelos cabelos, como na fábula do Barão de Münchhausen (LOWY, 2000). Ambos os autores, guiados pela tentativa de estabelecer uma teoria do conhecimento, buscaram no decorrer da vida deixar registrado o seu entendimento acerca de como deveria ser o método de estudo adotado para investigar os fenômenos sociais.

Podemos perceber que tanto Durkheim quanto Weber possuem uma epistemologia positivista, ainda que haja divergências sobre o tipo social ou a coisa social. Ambos trazem a mesma essência de visão de ciência de René Descartes, a “forma cartesiana” de pensar a solução dos problemas e usar concepções *a priori* para compreender a realidade,

# VI Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

[Florianópolis - SC]

[Brasil]

[26 a 28 Abril - 2017]

ou seja, a associação das ciências sociais às ciências da natureza. Durkheim (1858-1917), um francês que viveu a *Belle Époque* europeia e a efervescência das mudanças sociais da passagem do século XIX para o XX, discorreu a partir da naturalização do sistema capitalista de produção, enquanto Weber (1864-1920), considerado por muitos o pai da sociologia moderna, é um dos principais autores das teorias basilares do capitalismo (racionalismo, burocracia etc). Ambos compartilham também do ponto de vista burguês da ciência, que se julga neutra e cuja finalidade última é o lucro. A ciência, na perspectiva marxiana, nem pressupõe uma teoria do conhecimento, isto é, epistemologia, e seu ponto de vista é de classe: uma ciência comprometida com a classe dos trabalhadores e que tem por finalidade última a emancipação humana.

Além disso, dentre as razões para o pouco acesso ao materialismo histórico e dialético, a vinculação dos positivistas a uma epistemologia faz com que existam obras para “guiar o passo-a-passo das pesquisas” - como se fosse possível que os diferentes e cada vez mais complexos fenômenos sociais pudessem ser estudados com os mesmos instrumentos. A ciência, para Marx, tem fundamento ontológico, portanto, vincula-se ao objeto, isto é, somente após a apreensão da natureza do fenômeno é que se dão as bases materiais para sua reprodução epistêmica (SOUZA JUNIOR, 2015). Nesse caminho, Durkheim (1983) se debruçou sobre o método sociológico para deixar um manual, tal como ocorre nas ciências positivistas, ou seja, prescrito, preditivo e normativo. Weber (2011, 2015), dedicou boa parte da vida à discussão da teoria do conhecimento nas ciências sociais. Marx, por outro lado, não se ocupou em deixar registrado escritos acerca do método (NETTO, 2011). Um leitor precipitado poderia supor que seria displicência de Marx ou até um anarquismo científico, mas não se trata disso. Como mencionado, não há como prever uma fórmula única para estudar qualquer fenômeno, uma vez que cada objeto tem suas categorias ontológicas e portanto, será compreendido a partir de sua natureza real e concreta e não, tão somente, pela capacidade de idealização do pesquisador.

Em síntese, Karl Marx não nos deixou um livro propriamente dito acerca do método, pois defende que é o objeto que demanda suas categorias por meio de suas determinações, não como resultado da cabeça do sujeito-pesquisador. Ele nos deixou um método de tal envergadura teórico-metodológica, que refaz, de dentro para a fora, o que compreendemos como ciência. Com efeito, algumas passagens acerca do método marxiano estão presentes, ainda que de forma breve, na introdução dos “Grundrisse”, na “Miséria da Filosofia”, na “Ideologia Alemã” (algumas páginas no capítulo um) e no posfácio da segunda edição de “O Capital”.

Considerando que a ciência positivista desde sua formulação favoreceu o desenvolvimento das relações capitalistas, que seus precursores, por serem guiados por uma epistemologia, deixaram seus manuais de aplicação do método, facilitando sua reprodução e que, ao revés, Marx criticava as mazelas das relações burguesas e sua ciência, cujo método é amparado por um fundamento ontológico e portanto, pressupõe um amplo e vasto conhecimento da realidade social, por conseguinte, sem atalhos ou “manuais”; considerando, sobretudo, que, entretanto, a sociedade capitalista se consolidou no mundo (junto com todas as suas mazelas), fica evidente algumas das razões pelas quais poucos pesquisadores conhecem o método marxiano.

De acordo com Bottomore (2012, p. 85), “a ciência está relacionada com marxismo sob dois aspectos: (a) como algo que o marxismo é ou pretende ser; (b) como algo que ele procura explicar (e talvez até mesmo transformar)”. Assim, o método marxiano, também conhecido como materialismo histórico e dialético, busca investigar a



# VI Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

[Florianópolis - SC]

[Brasil]

[26 a 28 Abril - 2017]

sociedade capitalista, compreender seu funcionamento, sua estrutura e devenir necessário (ARON, 1999; LOWY, 2000; NETTO, 2011; CHAUI, 2012), cujas categorias centrais são a totalidade, a contradição e a historicidade, como é explicado mais adiante.

Assim, este ensaio não se pretende ser um manual para uso do materialismo histórico e dialético, pois isso seria contrário ao método. Propomos, tão somente, um convite ao método marxiano de se investigar os fenômenos sociais e humanos, uma introdução ao pensamento de um autor com tal envergadura teórica e prática (numa relação dialética, numa práxis) que, como são os gênios, estava a frente da sua época e, inexoravelmente, será atual enquanto vivermos sob o modo de produção capitalista.

O método de Marx, para Netto (2011), se mostra com um nó de problemas por razões não apenas teóricas e filosóficas. Igualmente, sua discussão abrange explicitamente sua ideologia e visão política, uma vez que a teoria social marxiana relaciona-se com um projeto revolucionário. Por isso, não causa espanto o volume de críticas recebidas. Não obstante, defendemos que não é imperativo “ser marxista” para trabalhar com o materialismo histórico e dialético, é preciso, sim, ser um(a) pesquisador(a) guiado(a) pelo desejo de um mundo mais justo, livre da exploração do homem pelo homem, onde as inovações são direcionadas para o bem da humanidade e não um meio para enriquecimento material de um indivíduo às custas do trabalho de muitos outros.

Exposto brevemente o contexto cujo o método marxiano está inserido, **este ensaio tem por objetivo apresentar uma introdução ao materialismo histórico e dialético**; e para isso intenta demonstrar uma base teórico e metodológica coerente com a abordagem, de maneira que foi assim organizado: o tópico seguinte retoma questões centrais das ciências sociais, especialmente quanto à administração; após é realizada uma breve revisão sobre o materialismo histórico e dialético; em seguida, tecemos uma crítica à ciência administrativa e finalmente, no que seria uma conclusão, fazemos o convite para que outros pesquisadores conheçam o materialismo histórico e dialético.

## 2 Ciências Sociais e Administração

De acordo com Triviños (1987), as três correntes do pensamento contemporâneo que guiam a pesquisa em ciências sociais são o positivismo, a fenomenologia e o marxismo. Para o autor, o positivismo predominou de forma incontestável até a década de 70, quando perdeu forças devido às críticas sofridas e ao caráter mecânico de suas práticas de investigação (TRIVIÑOS, 1987). O positivismo inicialmente teve como intenção elevar o estudo dos fatos sociais ao *status* de ciência. Löwy (2000) aponta que Condorcet tinha como objetivo, ao intencionar a aproximação das ciências sociais às ciências naturais, a emancipação do conhecimento social que estava atrelado às classes dominantes, representada, na época, pela ordem feudal-absolutista. Para Saint Simon, discípulo de Condorcet e o primeiro a empregar o termo *positiva* para a ciência, a ciência social era imatura por não ser precisa em suas soluções e não generalizar seus resultados (LÖWY, 2000).

Ainda que as ideias positivistas partam de Condorcet e Saint Simon, é Augusto Comte o considerado fundador do positivismo, pois foi ele a inaugurar “a transmutação da visão de mundo positivista em ideologia, quer dizer, em sistema conceitual e axiológico que tende à defesa da ordem estabelecida” (LÖWY, 2000, p. 22). Assim, ao contrário do que se propunha no início, sob influência dos ideais iluministas, após Comte, o positivismo passou a ser utilizado para a manutenção da autoridade dominante, atuando na

# VI Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

[Florianópolis - SC]

[Brasil]

[26 a 28 Abril - 2017]

busca da ordem e contrário a qualquer prática revolucionária (MARCUSE, 1978). No que Löwy (2000, p. 25) complementa ao dizer que

A apologia ideológica da ordem (industrial/burguesa) estabelecida não é mais do que o *avesso*, o *revestimento* do discurso positivista, cujo lado direito, a face visível, é o axioma de uma ciência natural, neutra, rigorosamente objetiva, dos fatos sociais.

Podemos afirmar que o positivismo, em sua busca pela ordem, não anula o progresso, mas sim a revolução, a transformação. Por isso, concordamos com Lowy (2000, p. 109) que “a ideologia burguesa não implica a negação de toda ciência, mas a existência de barreiras que restringem o campo de visibilidade cognitiva”. E acreditamos que essas barreiras podem ser superadas pela ampliação da perspectiva de classe social do pesquisador. A limitação da ciência contemporânea reside na sua vinculação e teleologia burguesa, ainda que hajam boas intenções, as condições materiais de reprodução da vida chegam antes e condicionam as ideias, assim, se a ciência tem uma linha tênue com a ideologia, é a segunda quem circunscreve os limites do saber científico (LOWY, 2000). Não se afirma com isso, que precisa-se ser de uma classe para defendê-la - lembremo-nos que Engels era um industrial -, é necessário adotar a perspectiva da classe, não pertencer a ela.

Martins (1994) aponta que é o pensamento socialista que buscará realizar uma crítica à preocupação do positivismo em manter a ordem capitalista. Segundo o autor, “O aparecimento de uma classe revolucionária na sociedade - o proletariado - cria as condições para o surgimento de uma nova teoria crítica da sociedade, que assume como tarefa teórica a explicação crítica da sociedade e como objetivo final a sua superação.” (MARTINS, 1994, p. 27). É em Marx e Engels que o conhecimento sociológico crítico encontra sua elaboração mais expressiva. A teoria social daí derivada buscou estabelecer ligações entre teoria e prática, ciência e interesse de classe, de forma que, para Marx e Engels, o problema da verdade não era uma simples questão teórica e distante da realidade, sendo por meio da prática que se demonstra a verdade da teoria. Assim, neste contexto, o conhecimento da realidade social deve ser utilizado como instrumento político que vise a transformação da sociedade (MARTINS, 1994).

Ainda sobre a consciência de classe, a adoção da visão do proletariado como o único estamento capaz de superar a aparência dos fenômenos sociais não se relaciona com um julgamento moral ou de justiça burguesa, divina ou qualquer outra, tem um fundamento ontológico, visto que a classe trabalhadora é a única que nada tem a perder e, contraditoriamente, é a aquela que, por meio de sua força de trabalho, tem produzido o mundo material que, ao ser transformado em mercadoria, gera riqueza para uns e miséria para outros, reproduzindo um mundo de relações alienadas e reificadas. Assim, ao emancipar sua classe da exploração e da alienação, a classe trabalhadora emancipa todas as outras classes no mesmo processo (MARX, 2008).

O fato é que ciência burguesa se desenvolveu a partir da fragmentação dos objetos, como se a realidade pudesse ser compreendida em sua essência por “etiquetas” de disciplinas, ou ainda mais grave, a especialização das áreas do conhecimentos sociais ocorre tal como na divisão do trabalho moderno, e neste processo, quem pensa (filosofia) está separado de quem executa (ciência), temos, portanto, uma ciência que não questiona, que não critica e que entende as relações de produção como algo “natural”, dado, que pressupõe um indivíduo descomprometido com a transformação social (neutro, sem lado,

# VI Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

[Florianópolis - SC]

[Brasil]

[26 a 28 Abril - 2017]

sem partido) e que, no final das contas, tem servido ao capital e prejudicado o desenvolvimento da ciência como meio para se compreender a verdade. É vantajoso para a classe dominante que a classe trabalhadora permaneça reproduzindo o sistema sem criticá-lo, e como vimos, a maneira como a ciência burguesa se desenvolveu compromete-se em maior grau com a ocultação da realidade e, portanto, apresenta estudos parciais que apenas refletem a imediaticidade dos fenômenos, isto é, não oferecem a possibilidade de um avanço social real.

A legitimação da “ciência” com o saber mais elevado de uma sociedade se relaciona com isso, pois é uma ciência burguesa que oculta ou distorce a realidade, razão pela qual, com o passar dos anos, a institucionalização dos saberes se afastou da criação de conhecimento, para cumprir uma função normativa de reprodução e instrumentalidade. Segundo Burke (2003, p. 51):

As universidades podem ter continuado a desempenhar sua função tradicional de ensinar efetivamente, mas não eram, em termos gerais, os lugares em que se desenvolviam as ideias novas. Sofriam do que já chamado de “inércia institucional”, mantendo suas tradições corporativas ao preço do isolamento em relação às novas tendências.

Vale ressaltar, que desde sua fundação, a universidade é também arena para luta de classes (PONCE, 1988), embora nos últimos 150 anos tenha especialmente se destinado a atender aos interesses do capital (MÉSZÁROS, 2016). Então, não é por acaso esse trajeto do desenvolvimento social do conhecimento que legitima a ciência burguesa como “guardiã” da verdade. Como Burke (2003) assevera, tem sido praticamente inevitável a legitimação das instituições e por isso, tem sido corriqueiro que elas não permitam inovações adicionais, visto que ali transitam indivíduos que investiram no funcionamento no sistema e querem, portanto, receber seus dividendos. “Há razões sociais e intelectuais para a predominância do que Kuhn chama de “ciência normal” (...), é uma história da interação entre *outsiders* e *establishments*, entre amadores e profissionais, empresários e assalariados intelectuais” (BURKE, 2003, p. 53).

No pós-revolução industrial, conforme Burke (2012) explana, cresce a demanda por novas profissões e, se antes elas eram desenvolvidas noutras instituições, lentamente foram adentrando os muros das universidades. A ideia do conhecimento útil, e portanto circunscrito aos limites da sociabilidade burguesa, se tornou o ponto principal das decisões acerca da difusão dos conhecimentos e os cursos se tornaram cada vez mais especializados na profissionalização dos indivíduos ao mesmo tempo em que conformam e acomodam os indivíduos ao sistema vigente (PONCE, 1988). Exemplo disso, o curso de economia política, criado para atender à necessidade de gestores da época, foi considerado abstrato demais, necessitando tornar-se mais prático, ocasionando o surgimento das ciências econômicas e da administração de empresas (BURKE, 2012).

Cabe então retomar aqui as origens da administração como ciência, para, assim, fundamentarmos nossa crítica e tentarmos problematizar a pergunta que colocamos em nosso título, qual seja: ‘Por que a Ciência Administrativa é a Ciência da Superficialidade?’. Especialmente no caso das “ciências administrativas”, seu surgimento ocorre vinculado à manutenção do sistema capitalista, proveniente da demanda por força de trabalho qualificada para comandar os trabalhos realizados nas fábricas. De acordo com Mattos (2009), Taylor, considerado o ‘pai da administração’, viveu o ideal do racionalismo, no século XIX, já não mais no sentido iluminista, mas pautado por uma

# VI Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

[Florianópolis - SC]

[Brasil]

[26 a 28 Abril - 2017]

razão lógica, ainda cartesiana, que encontrava-se inseparável do método científico. Neste sentido, o autor pontua que

Observar, calcular, definir, deduzir seguro contra sofismas e erros de lógica, para projetar situações e estruturar a ação com vistas a objetivos claros e hierarquizados: isso é a forma “científica” de saber e trabalhar. Assim procedeu Taylor com sucesso, assim Fayol convenceu, assim formou-se uma tradição de saber que reivindicava cientificidade, mesmo que só tenha sido razoavelmente aceita nas universidades quando passou a praticar a pesquisa empírica segundo os cânones da psicologia e sociologia positivistas. No núcleo do prestígio social desse saber está a pretensão da certeza. A certeza prática, relativa aos resultados esperados, tanto no laboratório quanto na indústria, ganhava *status* ontológico e era entendida como representação adequada do mundo e de suas “leis”. A aceitação, como “científico”, do novo saber aplicado – mesmo que ela acontecesse apenas no âmbito de uma tradição restrita – era fazê-lo participante de uma grande fonte de legitimação social, a ciência, nunca antes pensada para tal caso, e que se transmitia ao próprio empreendimento capitalista assim gerido. (MATTOS, 2009, p. 352)

O surgimento da administração no Brasil deu-se em meados da década de sessenta no século passado e é, na atualidade, o curso com o maior número de estudantes matriculados no ensino superior no país (CFA, 2017), obviamente toda essa força de trabalho não será destinada aos postos de liderança, tampouco podemos afirmar que alcançarão os postos de trabalho, entretanto, a administração ocupa um espaço no imaginário social vinculada às ideias de empreendedorismo, sucesso e individualismo apregoados pelo sistema capitalista, apenas para citar algumas características. Ademais, aqueles que se destinam a fazer da administração uma carreira profissional, por meio da academia, se deparam, igualmente, com as mazelas da ciência social burguesa como temos buscado demonstrar neste ensaio.

A administração enquanto ciência, portanto, atende prontamente ao capital quando faz pesquisas que beneficiam diretamente empresas (seus proprietários) e indiretamente, quando desenvolve técnicas e procedimentos que também serão destinadas à manutenção do estado atual da sociedade, isto é, suavizar as relações de trabalho, reduzir os custos das operações logísticas, desenvolver técnicas de vendas e para mapear o comportamento do consumidor. Como podemos deduzir, são pesquisas que não visam o desenvolvimento de condições de vida mais humanas, que não estão comprometidas com a realidade e que, tampouco, se pretendem destinadas à superar a alienação do trabalho. Nas ciências administrativas, de uma forma ampla, um pequeno grupo se beneficia (grupo dominante, donos dos meios de produção) pelo trabalho produzido pela grande maioria (trabalhadores num sentido amplo, incluindo os pesquisadores), basta lembrar da questão das patentes e da inovação aberta.

Mas, ora, a cisão do campo da administração em suas grandes áreas que demandou o surgimento de uma sociologia do trabalho gerou a criação de um campo conhecido por “estudos organizacionais”, que nasceu com o propósito de conciliar a visão parcelar gerada pela disciplinaridade, sendo, pois, fortemente influenciada pela perspectiva weberiana de organização que, como vimos na introdução, parte da naturalização das relações capitalistas. A ciência da administração, portanto, mesmo quando tenta superar a aparência, partindo de retóricas discursivas como desconstrução, humanização, colaboradores etc, não ultrapassam a camada da aparência, da imediatividade do fenômeno. Aqui, mais uma vez, nós, pesquisadores institucionalmente vinculados à



# VI Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

[Florianópolis - SC]

[Brasil]

[26 a 28 Abril - 2017]

administração, defendemos que o caminho para a superação das condições atuais de trabalho - diga-se: produtivismo acadêmico, estrangeirismo, irrelevância dos trabalhos que nada acrescentam à vida social -, se relaciona com uma nova maneira de se pensar a ciência, em sua acepção totalizante, histórica e contraditória. É por compreendermos que na administração ainda perpetuam os vestígios de sua origem como uma ciência criada para servir ao capital, que pontuamos a questão da superficialidade, querendo nos referir a algo que se mantém na aparência dos fenômenos e continuamente produz benesses à continuidade do sistema capitalista.

Por este motivo, enfatizamos a necessidade do compromisso dos pesquisadores com a emancipação da classe trabalhadora. Perpetuar a subsunção das ciências administrativas ao capital só aumentará a exploração dos trabalhadores (dentre eles os administradores e gestores). Retomamos que, ainda que guiadas por boas intenções, muitas pesquisas na área acabam contribuindo com práticas que visam mais uma reforma do que uma revolução, mantendo assim o *status quo* e fortalecendo uma sociedade fomentada pelos valores do capital. A questão é: a quem estamos servindo? Qual nosso objetivo, como pesquisadores, com o resultado de nossas pesquisas?

Dito isso, continuamos com nosso ensaio que pretende um convite ao materialismo histórico e dialético que, em nossa opinião, pode contribuir com pesquisadores interessados na transformação da sociedade em que vivemos, além de ser uma maneira de ampliar o entendimento daqueles que, por falta de conhecimento, julgam o marxismo como ultrapassado, subversivo, radical (em um sentido diferente ao que remete à raiz, à origem) e extremista.

### 3 Materialismo Histórico e Dialético

Em seu aspecto intrínseco, o método de Marx pressupõe uma ontologia e sobre seu aspecto extrínseco, visa dar existência a uma sociologia histórica. Com efeito, historicamente, Marx era um racionalista e epistemologicamente, um realista. (BOTTOMORE, 2012). “Para Marx, não há contradição entre a historicidade do conhecimento e a realidade de seus objetos, devendo ambas ser consideradas como dois aspectos da unidade dos objetos conhecidos” (BOTTOMORE, 2012, p.85). Entretanto, a questão epistemológica é secundária, pois não é capaz de definir as contradições materiais, a menos que seja resultado das contradições como ideologias já compostas de elementos de confrontos políticos. O foco consiste em encontrar meios de reproduzir conceitualmente o movimento do objeto mediado pelo agir do pensamento, assim, trata em maior grau de categorias ontológicas (ALVES, 2015).

Marx se apropria de várias ideias de Hegel que foram fundamentais ao desenvolvimento de suas estudos, mas, ao invés de vinculá-las ao idealismo do grande filósofo alemão, ele as desenvolve dentro de sua concepção materialista do mundo (TRIVIÑOS, 1987). A materialidade, por sua vez, consiste nas relações de produção, meios como os homens produzem e também reproduzem as condições materiais de sua existência e a maneira como refletem sobre essas relações.

Noutras palavras, acerca da matéria do materialismo histórico e dialético, Marx (2011, p.25) nos ensina que “os homens fazem a sua própria história; contudo, não a fazem de livre e espontânea vontade, pois não são eles quem escolhem as circunstâncias sob as quais ela é feita, mas estas lhes foram transmitidas assim como se encontram”. De sentido semelhante, nas palavras de Lefebvre (2013, p. 62), “são os indivíduos humanos

# VI Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

[Florianópolis - SC]

[Brasil]

[26 a 28 Abril - 2017]

que fazem sua vida (social), sua história e a história em geral. Mas eles não fazem a história dentro de condições que eles mesmos escolheram, determinadas por decreto de suas vontades”. Isto resume o que se poderia compreender sobre a liberdade em Marx, assim como explica a matéria que pressupõe o método marxiano, ao mesmo tempo em que desfaz qualquer insinuação de um determinismo da estrutura sobre o indivíduo.

O materialismo é dialético, conforme Chauí (2012) aclara, em razão de sua força vir não do trabalho do Espírito, mas do trabalho materialmente produzido, da transformação da natureza pelo homem, e dessa relação transmutar o natural em humano e cultural. Nesse caminho, Alves (2015, p. 37) defende que “assim sendo, em havendo algo de “dialético” na obra marxiana, não é seu método, mas a própria coisa, objeto de estudo”. De acordo com Triviños (1987), o materialismo dialético é a união da concepção científica da realidade e da prática social e, além de ter como princípios a matéria, a dialética e a prática social, também objetiva ser a teoria que guiará a revolução proletária.

O materialismo histórico parte do interesse emancipatório guiado pela missão de explicar a realidade a partir do real e do concreto, superando assim a aparência, para chegar até a essência do fenômeno (NETTO, 2011). Numa de suas frases mais populares, Marx apregoa que se a aparência revelasse a essência, não precisaria haver ciência. Ocorre que alcançar a essência do objeto não consiste numa tarefa fácil. A crítica proveniente das contradições revela as dúvidas a serem perseguidas e esclarecidas, o processo dialético possibilita perceber que a aparência não reflete a essência. Deve-se, então, negar a aparência, questioná-la por meio de processos, o que não se configura em um empirismo, noutro caminho, resgata-se a capacidade de abstração, num primeiro momento, para elevar-se pela razão num outro momento posterior (ALVES, 2015). Assim, uma teoria, na perspectiva marxiana, não significa uma fotografia da realidade, na verdade a teoria reproduz o movimento do objeto real (NETTO, 2011).

Marx (2011) explica que é necessário buscar a essência dos fenômenos e isso pode ser alcançado ao superar a aparência. O trajeto não deve ser feito do complexo para o mais simples, como tem sido feito pelos cientistas sociais. Ao seu revés, deve-se partir do próprio objeto em estudo e suas múltiplas aparências, sair do mais simples e suas relações para que se possa compreender o problema e toda sua complexidade.

O concreto é concreto porque é a síntese de múltiplas determinações, portanto, unidade da diversidade. Por esta razão, o concreto aparece no pensamento como processo da síntese, como resultado, não como ponto de partida, não obstante seja o ponto de partida efetivo e, em consequência, também o ponto de partida da intuição e da representação. (MARX, 2011, p.54).

Sobre isso, é relevante destacar que Marx compreende que no método dialético existe o momento do método de investigação (pesquisa) e o momento da exposição (MARX; ENGELS, 2007), embora ambos sejam parte do mesmo fenômeno. Distintamente do modo como concebemos nossas pesquisas atualmente, para Marx e Engels (2007), num primeiro momento, marcado pelas dúvidas e pelo caos, o pesquisador deveria se debruçar sobre todas as mediações, até deparar-se com o real. Apenas após isso, num movimento de reconstrução, inicia-se o registro da exposição, agora guiado pela superação do campo da ignorância. Um exemplo desses momentos pode ser apreciado nos Grundrisse e em O Capital, onde o primeiro - que numa tradução grosseira significa “esboços” -, seria o registro do método de investigação e o segundo, o registro do método de exposição.

# VI Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

[Florianópolis - SC]

[Brasil]

[26 a 28 Abril - 2017]

Em síntese, o materialismo histórico e dialético pressupõe que o pesquisador seja capaz de mobilizar uma vasta gama de conhecimentos, seja dotado de criatividade e senso investigativo, para que possa partir do objeto, de sua aparência, do abstrato, do mais simples, para aos poucos perceber as relações existentes, suas contradições, suas raízes históricas e se apoderar da matéria em todos os seus espaços, para assim, poder fazer o caminho de volta ao objeto e explicá-lo como uma reprodução do movimento do real. O objeto demanda por suas determinações, estas demandam suas categorias ontológicas e assim, desenvolve-se o método para aquele objeto. É sobre o uso do método que trataremos a seguir.

## 3.1 Método e práxis

O materialismo histórico e dialético, portanto, não nos oferece fórmulas e padrões que sirvam de guia ao pesquisador. Entretanto, isso não quer dizer que ele seja uma panaceia. Consideramos importante pontuar o que entendemos como fundamental de sua, podemos dizer, aplicabilidade. Reafirmamos que é inerente à adoção do método o comprometimento do pesquisador com a emancipação da classe trabalhadora, e isso implica numa abordagem ontológica.

Existem três pressupostos fundantes da abordagem dialético materialista, **a totalidade, a contradição e a historicidade dos fenômenos humanos** (FERRAZ, 2010; NETTO, 2011). Iremos apresenta-los em seguida.

Sobre a **totalidade**, Netto (2011, p. 56) afirma que, “Para Marx, a sociedade burguesa é uma totalidade concreta. Não é um “todo” constituído por “partes” funcionalmente integradas. Antes, é uma totalidade concreta [...] de máxima complexidade, constituída por totalidades de menor complexidade.”. Ainda segundo este autor, esta totalidade é dinâmica, de forma que seu movimento resulta do caráter contraditório de todas as totalidades de menor complexidade que compõem a totalidade concreta (NETTO, 2011). Além disso, a totalidade vincula-se à necessidade de conhecer todas as mediações existentes entre o objeto estudado e as relações que o determinam, assim, tentativas de conciliar a disciplinaridade burguesa (inter-multi-transdisciplinaridade) não conseguem superar a visão parcelar acerca do fenômeno. A totalidade, portanto, consiste em abranger os fenômenos como são dados na realidade, não a partir de disciplinas preestabelecidas.

Acerca da **contradição**, Faria (2007, p. 49) afirma que, para o materialismo histórico e dialético, “o objeto é o mundo material e a contradição é histórica e social: é o mundo material que é dialético, que está em constante movimento, sendo que historicamente as mudanças ocorrem das contradições surgidas a partir do processo de produção social.”

A **historicidade dos fenômenos humanos**, por sua vez, pode ser compreendida pela concepção materialista da história. Lefebvre (2013) explica que na teoria marxiana a sociedade é um grupo de indivíduos e não uma entidade com existência fora dos indivíduos. Como expusemos anteriormente na discussão sobre o materialismo histórico, esses indivíduos também são históricos, assim, o processo de devir da sociedade concreta está em constante movimento. Marx e Engels (2007, p. 43) afirmam que “as circunstâncias fazem os homens, assim como os homens fazem as circunstâncias.”, o que direciona para o fato de que as relações sociais devem ser entendidas em sua historicidade (FERRAZ,

# VI Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

[Florianópolis - SC]

[Brasil]

[26 a 28 Abril - 2017]

2010). Tendo tais pressupostos como base, o objeto e seu contexto histórico por meio de sua ontologia, direcionam a pesquisa.

Uma pergunta recorrente para os corajosos que se predispõem a desbravar a complexidade do método marxiano, é a questão de como realizar tecnicamente a pesquisa. Conforme Triviños (1987, p. 74) explica, “a natureza dos métodos e das técnicas para o estudo do fenômeno depende, principalmente, das características do conteúdo do mesmo.” Assim, enfatizamos que a utilização do método materialista histórico e dialético não se restringe em termos de quantitativo e qualitativo e a quais instrumentos devem ser utilizados. A pergunta que deve ser feita é: ‘quais conhecimentos precisamos mobilizar para compreender as múltiplas mediações que sintetizam o concreto?’. Não é a primazia da epistemologia que delimita, é antes, uma questão de ontologia onde o objeto demanda suas categorias, isto é, as categorias de análises são mediadas pela cabeça e não criadas por ela (SOUZA JUNIOR, 2005), portanto, quanto mais complexo for o objeto, mais preparado deve ser o pesquisador. Segundo Faria (2007, p. 46), “o método é um processo e não um instrumento”, de maneira que os instrumentos de coleta de dados não são incompatíveis entre si, podendo ser desnecessários dependendo do objeto, uma vez que tanto os instrumentos quanto as técnicas de análise são apenas uma parte da metodologia, “pois esta é o conjunto dos procedimentos que englobam a epistemologia, a teoria e a interação com o real” (FARIA, 2007, p. 48).

Em resumo, as determinações das mediações são traços da realidade, de maneira que necessitam das categorias que possam mediar a apreensão do real pela razão, e nessa dinâmica laboral, as técnicas são demandadas. As categorias surgem não como um produto da mente, mas como uma representação de um traço efetivo da realidade, assim, pode-se dizer que são categorias ontológicas, que elas emanam do objeto (NETTO, 2011; ALVES, 2015). A discussão acerca das categorias é demonstrada a seguir.

## 3.2 Categorias

O estatuto das categorias para Marx (2011), portanto, não poderia ser definido *a priori*, visto que categorias simples representam relações nas quais o concreto ainda não se desenvolveu (ALVES, 2015). Por isso, como explica Netto (2011), as categorias surgem do exame do próprio objeto, dada sua complexidade e relações, articulando assim as categorias nucleares: a totalidade, a contradição e a mediação como caminho para produção do conhecimento e para uma teoria social.

Marx (2011, p. 59) pontua que

Como em geral em toda ciência histórica e social, no curso das categorias econômicas é preciso ter presente que o sujeito, aqui a moderna sociedade burguesa, é dado tanto na realidade como na cabeça e que, por conseguinte, as categorias expressam formas de ser, determinações de existência com frequência somente aspectos singulares, dessa sociedade determinada, desse sujeito, e que, por isso, a sociedade *também do ponto de vista científico*, de modo algum só começa ali onde o discurso é sobre ela *enquanto tal*. (Grifos no original).

O método marxiano recusa categorias universais para perscrutar seu objeto. No seu lugar, demonstra que uma mesma categoria pode variar entre simples ou complexa, dependendo do contexto histórico material em que é aplicada (MARX, 2011; NETTO, 2011). A categoria dinheiro, por exemplo, seria analisada no século XIX do mesmo modo que na Roma Antiga? Certamente, não. Assim, embora a categoria seja a mesma, dinheiro,



# VI Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

[Florianópolis - SC]

[Brasil]

[26 a 28 Abril - 2017]

a complexidade das relações que a determinam na sociedade capitalista fazem com que a categoria assuma outra posição em relação ao papel do dinheiro nos modos de produção antigos.

Marx (2001, p. 98) explica que

Os mesmos homens que estabelecem as relações sociais de acordo com a sua produtividade material produzem também os princípios, as idéias, as categorias, de acordo com as suas relações sociais. Por isso, essas idéias, essas categorias, são tão pouco eternas como as relações que exprimem. São produtos históricos e transitórios.

As categorias, portanto, são históricas e resultantes das relações estabelecidas. Importante destacar que esse processo tem sido visto de forma invertida na ciência positivista. Para ilustrar isso, apontamos que, distintamente do que faziam os economistas clássicos, que acreditavam que o mais simples explicaria o mais complexo, Marx teve por objeto de estudo a sociedade capitalista, que por se tratar de um estágio mais desenvolvido, tem potencial para explicar os estágios de produção anteriores. Marx (2011, p. 58) expõe que

A sociedade burguesa é a mais desenvolvida e diversificada organização histórica da produção. Por essa razão, as categorias que expressam suas relações e a compreensão de sua estrutura permitem simultaneamente compreender a organização e as relações de produção de todas as formas de sociedade desaparecidas, com cujos escombros e elementos edificou-se, parte dos quais ainda carrega consigo como resíduos não superados, parte [que] nela se desenvolvem de meros indícios em significações plenas etc.

Os estudos de Marx buscavam aprender as categorias que explicam a sociedade burguesa. No decorrer de sua obra surgem como categorias: trabalho, valor, dinheiro; que representam as determinações de existência, portanto, objetivas e reais, refletindo em si uma ontologia, pertinentes com o fato de serem históricas e transitórias. Ressaltamos que o fato da sociedade burguesa ser a mais complexa organização de produção até agora existente, implica em afirmar que ela precisará de mais riqueza categorial (NETTO, 2011). Nesse sentido, é possível o uso de algumas das categorias utilizadas por Marx em sua obra, entretanto, elas podem não ter o mesmo potencial elucidativo no Brasil do século XXI que tiveram na Alemanha, França e Inglaterra do século XIX, dado o volume de mediações existentes no atual estágio do capitalismo.

## 5 Para Concluir: eis o convite

Com este trabalho buscamos apresentar uma exposição introdutória acerca do materialismo histórico e dialético, quais são suas bases e como é possível sua adoção. Ao seguirmos a tradição marxiana, não pretendemos sistematizar o método, apenas oferecer caminhos para uma aproximação do seu entendimento em virtude dos preconceitos existentes com tal teoria, tanto em face do seu desconhecimento, como pelo seu potencial de apreensão da realidade, especial por seu caráter crítico e emancipatório. Como o professor Konder (2010), elucida, não causa espanto o fato de Marx ser mais famoso do que conhecido, as obras mais importantes em que Marx expôs suas investigações filosóficas foram publicadas tardiamente (os Manuscritos de Paris escritos em 1844 só foram publicados em 1932), ademais, apenas pronunciar o nome Marx já causa arrepios

# VI Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

[Florianópolis - SC]

[Brasil]

[26 a 28 Abril - 2017]

aos detentores do poder. Isto é, muitos sabem que Marx existiu, mas quantos leram o que ele escreveu?

Concordamos com o que pensam os estudiosos da obra de Marx que, enquanto houver sociedade capitalista a teoria marxiana mantém sua capacidade explicativa. Com isso, justificamos a permanência de categorias, ou seja, as formas de ser da sociedade capitalista, pois, mesmo que essas categorias tenham se tornado ainda mais complexas (ricas em mediações), permanecem capazes de esclarecer a essência dos fenômenos. Como Marx (2011) explicou, a sociedade capitalista é o modo de produção mais desenvolvido na história, isso implica em afirmar que trata-se da organização social com maior complexidade de compreensão em razão de suas múltiplas determinações, diante da quantidade de mediações existentes, são necessárias categorias plurais para apreender o movimento do real.

Ressaltamos ainda que esse movimento de apreensão do real, que parte do concreto ao abstrato e para o concreto novamente, demanda por um arsenal de conhecimentos de distintas áreas do saber, exigindo do pesquisador um esforço intelectual considerável para chegar a totalidade. Trabalhar com o materialismo histórico e dialético consiste em manter o foco na apreensão da teoria do ser (ontologia), e não na forma como essa apreensão se dará (epistemologia).

Contudo, por vivermos em uma sociedade capitalista, permeada por uma lógica positivista/cartesiana e, como já dito acima, entendermos que, desde sua origem até os dias atuais as ciências administrativas se mostram ligadas à manutenção da sociedade capitalista, compreendemos que não é tarefa fácil seguir na contramão do que já está sistematizado e pronto para ser utilizado. Desta forma, apontamos que, contra a “multidisciplinariedade” tão difundida neste campo, só mesmo o comprometimento com a totalidade no estudo dos fenômenos. E isso pressupõe também a superação da forma como a universidade é concebida. Ressaltamos que o uso do materialismo histórico e dialético exige do pesquisador desprendimento, pois quem controlará a pesquisa não são seus instrumentos e sim o movimento do real, de maneira que ele precisa estar atento para capturar a essência que está além da aparência do objeto.

A ciência, por meio da academia, tem um papel social a ser desempenhado. Desse modo, pesquisadores e pesquisadoras podem escolher qual o conceito de riqueza que desejam produzir, tecnologia para melhoria das condições de vida dos indivíduos ou tecnologia que possa ser vendida para gerar lucro, na linguagem marxiana, se vai produzir valor de uso ou valor de troca. A teoria marxiana não pressupõe o atraso tecnológico, pelo contrário, anseia por seu avanço; também não pressupõe a expropriação da propriedade privada em geral, má interpretação, o certo seria extinguir propriedade privada dos meios de produção. O que estamos defendendo, é que o materialismo histórico e dialético é uma ciência crítica, que busca muito além do desenvolvimento de tecnologias sociais, tornar a sociedade livre de exploração, sustentado pela busca da emancipação humana.

Assim, concluímos este ensaio e nos direcionamos aos pesquisadores que acreditam que a ciência tem a capacidade de contribuir com condições de reprodução de vida social mais humana, emancipada, criativa e por que não dizer, uma vida mais vivida. Por fim, reiteramos o nosso convite: conheça o materialismo histórico e dialético.

# VI Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

[Florianópolis - SC]

[Brasil]

[26 a 28 Abril - 2017]

## REFERÊNCIAS

ALVES, A. J. L. A crítica marxiana da questão de método. **Sapere Aude**, v.6, n.11, p.31-68, 2015.

AMORIM, A. L. M.; BRÜNING, C. A influência de Maurício Tragtenberg na obra da primeira geração de pesquisadores nos Estudos Organizacionais críticos brasileiros. **Cad. EBAPE.BR**, v. 13, n. 3, Artigo 4, Jul./Set. 2015.

ARON, R. **As etapas do pensamento sociológico**. Tradução de Sérgio Bath. 5.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

BOTTOMORE, T. **Dicionário do pensamento marxista**. 2.ed. Trad. de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2012.

BURKE, P. **Uma história social do conhecimento - I: de Gutenberg a Diderot**. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

BURKE, P. **Uma história social do conhecimento - II: da Enciclopédia à Wikipédia**. Tradução de Denise Rottmann. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

BURRELL, G.; MORGAN, G. **Sociological Paradigms and Organisational Analysis**. Elements of the Sociology of Corporate Life. Vermont: Ashgate, 1979. 432 p.

CFA - Conselho Federal de Administração – História da Administração. Disponível em: <<http://www.cfa.org.br/administracao/historia-da-profissao>>. Acesso em 7 de janeiro de 2017.

CHAUI, M. **O que é ideologia**. 2.ed. Coleção “Primeiros Passos”. São Paulo: Brasiliense, 2012.

CLEGG, S.; HARDY, C.; NORD, W.; CALDAS, M.; FACHIN, R.; FISCHER, T. (orgs.) **Handbook de Estudos Organizacionais**. Modelos de Análise e Novas Questões em Estudos Organizacionais (Volume 1). São Paulo: Atlas, 1996/1998.

DESCARTES, R. **Discurso do método**. Tradução de Ciro Mioranza. Série Filosofar. São Paulo: Escala, 2006.

DURKHEIM, É. **As Regras do Método Sociológico**. Os Pensadores. São Paulo: Editora Abril, 1983.

FARIA, J. H. **Análise Crítica das Teorias e Práticas Organizacionais**. São Paulo: Atlas, 2007.

FARIA, J. H. de. Epistemologia Crítica do Concreto e Momentos da Pesquisa: Uma Proposição para os Estudos Organizacionais. **RAM – Revista de Administração Mackenzie**, São Paulo, v. 16, n. 5, p. 15-40, set./out. 2015.

# VI Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

[Florianópolis - SC]

[Brasil]

[26 a 28 Abril - 2017]

FERRAZ, D. L. S. **Desemprego, exército de reserva, mercado formal-informal: rediscutindo categorias.** 2010. 275 f. Tese (Doutorado em Administração) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Administração, Porto Alegre.

KONDER, L. **Filosofia e Educação: de Sócrates a Habermas.** 2.ed. Rio de Janeiro: Forma & Ação, 2010.

LEFEBVRE, H. **Marxismo.** Trad. De William Lagos. Coleção “L&PM Pocket”. Porto Alegre: L&PM, 2013.

LOWY, M. **As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Muchhausen: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento.** Tradução de Juarez Guimarães e Suzanne Felicie Léwy. 7.ed. São Paulo: Cortez, 2000.

MARCUSE, H. **Razão e revolução: Hegel e o advento da teoria social.** 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

MARTINS, C. B. **O que é sociologia.** 38ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994

MARX, K. **Grundrisse.** Trad. de Mario Duayer. São Paulo: Boitempo, Rio de Janeiro, 2011.

MARX, K. **Miséria da Filosofia: resposta à filosofia da miséria do senhor Proudhon.** São Paulo: Centauro, 2001.

MARX, K. **Miséria da Filosofia.** Tradução de Torrieri Guimarães. São Paulo: Martin Claret, 2008. (Coleção a obra-prima de cada autor)

MARX, K. **O 18 de brumário de Luís Bonaparte.** Tradução e notas de Nélío Schneider. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, K.; ENGELS, F. **A Ideologia Alemã.** São Paulo: Boitempo, 2007.

MATTOS, P. L. C. L. de. “Administração é ciência ou arte?” o que podemos aprender com esse mal-entendido?. **Revista de Administração de Empresas.** v. 49, n.3, p. 349-360, 2009.

MÉSZÁROS, I. **A teoria da alienação em Marx.** Tradução de Nélío Schneider. São Paulo: Boitempo, 2016.

NETTO, J. P. **Introdução ao estudo do método de Marx.** Expressão Popular, 2011.

PAÇO-CUNHA, E. Marx e a Organização como abstração arbitrária. In: Encontro Nacional de Estudos Organizacionais da ANPAD, 7, 2010, Florianópolis. **Anais...** p.1-17, 2010.



# VI Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

[Florianópolis - SC]

[Brasil]

[26 a 28 Abril - 2017]

PRESTES MOTTA, F.; VASCONCELOS, I. F. F. G. **Teoria Geral da Administração**. 2.ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.

PONCE, Aníbal. **Educação e Luta de Classes**. Tradução de José Severo de Camargo Pereira. 8.ed. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1988.

SOUZA JUNIOR, H. P. As origens da ontologia do ser social: a questão do método. **Trabalho & Educação**. v.24, n.1, p.143-155, 2015.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

WEBER, M. “A ‘Objetividade’ do Conhecimento na Ciência Social e na Ciência Política.” in **Metodologia das Ciências Sociais**, Campinas: Editora Unicamp. São Paulo: Cortez Editora, 2001.

WEBER. M. **Ciência e política**: duas vocações. Tradução de Marco Antonio Casanova. São Paulo: Martin Claret, 2015.